MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho (extracto) n.º 5483/2009

Por despacho de 04 de Fevereiro de 2009, do Director Nacional-Adjunto da Polícia Judiciária, Dr. Pedro do Carmo:

Lic. Ana Cristina Pereira Martins Romano, Lic. Dália Maria Costa Correia, Mestre Ilda Maria Ribeiro Pação, Lic. João António Prata Augusto, Lic. Luís Manuel Malcata Raposo e Lic. Margarida Paula Leite Rodrigues Salgado, especialistas superiores de escalão 5, promovidos, após procedimento interno de selecção, a especialistas superiores de escalão 6.

(Não estão sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

10 de Fevereiro de 2009. — Pelo Director do Departamento de Recursos Humanos, *António Barbosa*.

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Departamento de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 5484/2009

Por despacho do Presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., de 2 de Fevereiro de 2009, foi autorizada a reafecção à Conservatória dos Registos Predial e Comercial de Penafiel da segunda ajudante Maria da Conceição Duarte Moreira — afecta à Conservatória do Registo Civil de Braga — por razões de conveniência dos serviços, nos termos do n.º 5 do artigo 109.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas)

9 de Fevereiro de 2009. — O Director, *Luís Miguel Santos*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 5485/2009

Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 362/98, de 18 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 151/2005, de 23 de Maio, é renovada a nomeação do licenciado Amílcar Augusto Contel Martins Theias para presidir ao conselho consultivo do Instituto Regulador de Águas e Resíduos, I. P.

A presente renovação de nomeação fundamenta-se no perfil do licenciado Amílcar Augusto Contel Martins Theias, no conhecimento aprofundado que tem do sector, na forma empenhada e diligente como tem exercido as funções e nos bons resultados obtidos nesse exercício.

A presente nomeação produz efeitos desde 10 de Novembro de 2008.

9 de Janeiro de 2009. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

Despacho n.º 5486/2009

Com vista à implantação das condutas de saneamento afectas ao sub-sistema de Frielas — Ligações das redes municipais ao interceptor de Caneças/Ramada/Odivelas, infra-estrutura integrada no projecto de despoluição dos afluentes dos rios Tejo e Trancão, a desenvolver no concelho de Odivelas, veio a SIMTEJO — Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S. A., criada pelo Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de Novembro, requerer ao Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional a constituição de servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo, com carácter de urgência, sobre 10 parcelas de terreno, situadas nas freguesias de Caneças e Odivelas, ambas do concelho de Odivelas, melhor identificadas no mapa de servidões e assinaladas nas plantas anexos ao presente despacho e que dele fazem parte integrante.

Assim, no exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 162/2005, de 5 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 1.º, 2.º, 3.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 34 021, de 11 de Outubro de 1944, e no artigo 8.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro e com os fundamentos constantes da informação n.º 344/DEJ/2008, de 23 de Outubro, da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, determino o seguinte:

1 — As 10 parcelas de terreno identificadas no mapa e plantas que se publicam em anexo ao presente despacho e que dele fazem parte integrante ficam, de ora em diante, oneradas com carácter permanente, pela constituição de servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo, a favor de SIMTEJO — Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S. A.

2 — A servidão a que se refere o número anterior, com a área total de 2279 m², incide sobre uma faixa de 5 m de largura (2,5 metros para cada lado do eixo longitudinal da conduta) e 455,8 m de comprimento, e implica:

- a) A ocupação permanente do subsolo na zona de instalação da conduta;
- b) A proibição de mobilizar o solo a mais de 50 cm de profundidade, numa faixa de 2,5 m para cada lado do eixo longitudinal da conduta;
- c) A proibição de plantio de árvores e arbustos numa faixa de 5 m (2,5 m para cada lado do eixo longitudinal da conduta);
- d) A proibição de qualquer construção a uma distância inferior a 2,5 m do eixo longitudinal da conduta;
- e) A possibilidade de implantar caixas à superfície necessárias à gestão das condutas.

3 — A obrigação dos actuais e subsequentes proprietários, arrendatários ou a qualquer outro título possuidores dos terrenos, de reconhecerem, da presente data em diante, a servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo ora constituída, bem como a zona aérea ou subterrânea de incidência, mantendo livre a respectiva área e a consentirem, sempre que se mostre necessário, no acesso e ocupação pela entidade beneficiária da referida faixa de 5 m para a realização de obras de construção, reparação, manutenção e exploração da conduta ou para a instalação de circuitos de dados e de outras componentes das infra-estruturas do Sistema de Saneamento do Tejo e Trancão ou que ao mesmo possam estar associadas.

4 — Os encargos com a servidão administrativa constituída são da responsabilidade da sociedade SIMTEJO — Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S. A.

10 de Dezembro de 2008. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.